

Boletim Eletrônico da Executiva Nacional da CUT
Nº 234

Secretaria Nacional de Comunicação
22/07/ 2003

Remover nome da lista Escreva para o Informacut Indique um leitor para o Informacut

ACONTECE

Marinho diz que está decepcionado, mas insistirá nas negociações sobre a reforma da Previdência

SÃO PAULO

Edilson quer contrato coletivo para funcionalismo

CUT/SP atua em Conselho Sindical da DRT

MOVIMENTO

TV Record demite diretor de Sindicato

20 ANOS DE CUT

Onde você estava há 20 anos?

100 anos de Portinari

Retrato Pau Brasil

ACONTECE

Marinho diz que está decepcionado, mas insistirá nas negociações sobre a reforma da Previdência

O presidente nacional da CUT, Luiz Marinho, iniciou, ontem, na sede nacional, uma série de entrevistas coletivas com jornalistas da imprensa sindical. "A princípio, essas conversas serão bimestrais", informa o Secretário Nacional de Comunicação, Antonio Carlos Spis. Neste primeiro encontro, Marinho falou sobre a reforma da Previdência e destacou os aspectos negativos e positivos do texto apresentado pelo relator, deputado José Pimentel (PT/CE). "Claro que o texto tem pontos positivos,

mas os negativos são muito gritantes", diz o presidente da CUT que revelou estar decepcionado com o governo, por ainda não ter ouvido as reivindicações da central. Veja os principais trechos da entrevista.

NEGOCIAÇÃO, JÁ!

Vocês (jornalistas), certamente, vêm acompanhando a discussão; a central vem orientando (os sindicatos), a partir das resoluções do 8º Concut, sobre a Reforma da Previdência, enfocando a negociação com o governo e o Congresso Nacional. As discussões se deram com as lideranças do governo no Congresso e com as lideranças na Câmara. A partir das mobilizações do dia 11, instalou-se uma mesa de negociação. O Senado se comprometeu a instalar uma comissão parecida, assim que a Reforma chegar na casa. Nós vamos continuar insistindo na alteração do conteúdo do texto. Do ponto de vista da iniciativa privada, a questão do teto, já mudou. E para melhor. Segundo a proposta do governo, o teto irá de R\$ 1.800,00 para R\$ 2.400,00

RECUPERAR OS BAIXOS SALÁRIOS

Procuramos discutir até aqui, além da discussão da integralidade e da paridade, importantes para o conjunto do funcionalismo, questões que dizem respeito ao baixo poder aquisitivo do funcionalismo. Insistimos em algumas emendas, como por exemplo as "pensões". A proposta original previa uma redução linear para todas as pensões. Nós apresentamos uma proposta de proteção das pensões na sua integralidade até o teto. Inicialmente, foi nos dado a palavra que a proposta seria incorporada, mas no relatório final, o teto foi reduzido para R\$ 1.058,00. Ou seja, foi uma reivindicação incorporada em parte.

Insistímos também na retirada do redutor de 5% até o teto, porque a integralidade do jeito que foi colocado, todo mundo tem que trabalhar 7 anos a mais, por isso, essa mobilização dos magistrados. Mas, não porque terão de trabalhar mais, mas porque não querem o subteto de 75% e querem a manutenção da integralidade para o futuro.

A CUSP

Os servidores com salários de baixo poder aquisitivo é que são a grande base da Central, entre o funcionalismo público, e não os altos salários, que são os magistrados, parte do Judiciário e os auditores. A maioria desses segmentos nem estão filiados à Central. Ao contrário, são o segmentos que compõem a base da tal da CUSP.

AUMENTO DO TETO

Outra insistência da CUT é mexer no teto. A proposta da Central é de R\$ 4.800,00.

Evidente que estamos abertos ao diálogo para encontrarmos um meio termo. Também insistimos na idéia da isenção da taxação dos aposentados até o teto.

MAIS EQUILÍBRIO

Se nós tivéssemos conseguido a isenção da taxação, até o teto, a proteção da integralidade das pensões até o teto, a mexida do teto e a retirada do redutor até o teto teríamos um resultado de equilíbrio entre os que ganham menos e os que ganham mais. Mas, com exceção do atendimento em parte da proteção das pensões e da integralidade para os atuais servidores da ativa, de resto nada foi atendido.

GREVE DOS SERVIDORES

A grande imprensa continua insistindo na tese que a CUT é contra a greve dos servidores.

Isso não é verdade. Mesmo porque, a greve não atrapalha o processo de negociação, muito pelo contrário. A divergência é em relação à motivação para a greve. Alguns segmentos são contrários à Reforma e a CUT é, desde 1995, favorável à reforma. A discussão é, qual a reforma a ser feita? E, por isso, precisamos travar um processo de mobilização e de pressão no Congresso e no governo para interferir no conteúdo da reforma. Essa foi e continua sendo a divergência, porque tem entidade que continua insistindo na retirada da proposta de reforma. Acredito que, se nós ficássemos pedindo a retirada da reforma, isto facilitaria o trabalho do governo em aprovar, inclusive, o texto original, o que seria desastroso para os interesses do funcionalismo público.

TETO PARA OS FUTUROS SERVIDORES

Por que, para a Central, é preciso estabelecer um teto para as aposentadorias dos

futuros servidores? Porque, para um país com 40 milhões de excluídos, não combina a existência de aposentadorias de 17 mil, 30 ou 40 mil reais. O país está em desenvolvimento, existem crianças morrendo de desnutrição, e ele não pode suportar essa realidade. O povo brasileiro não pode suportar esse privilégio. Trabalhadores de baixa renda não podem pagar para sustentar aposentadorias desse nível.

PONTOS POSITIVOS E NEGATIVOS

Tem algo positivo a destacar nesse relatório? Teria, mas os pontos negativos ficaram tão gritantes que os positivos desapareceram. Os positivos são, a integralidade para os atuais servidores; a incorporação, por solicitação nossa, a construção de alternativas que incluem os 40 milhões de excluídos do sistema previdenciário (trabalhadores rurais, informais, domésticas, em artesanato, autônomos). Em 60 dias, uma comissão de trabalho, com a participação da CUT, irá apresentar essas alternativas. Outro ponto importante incorporado é a transformação do Seguro Acidente de Trabalho, quase privatizado, em um sistema público.

PRIVATIZAÇÃO DA PREVIDÊNCIA?

Um debate falso que está ocorrendo é se a Previdência caminha ou não para a privatização. Do jeito que a reforma foi apresentada, para mim, só vem reforçar o seu caráter público, na medida que sugere um teto, ainda que a CUT o considere baixo. Por isso, vai na contra-mão daquilo que muita gente vem falando que vai acontecer, sobretudo após a possibilidade da criação dos fundos de pensão. Evidente que vai haver no Congresso Nacional embates com deputados que defendem a privatização do sistema previdenciário e que vão propor a redução do teto proposto pelo governo. Tem proposta de R\$ 2.000,00 e de até de R\$ 670,00, justamente porque querem a privatização.

GREVE DOS MAGISTRADOS

Eu espero que a magistratura brasileira reflita bem antes de levar ao cabo essa chantagem contra o povo brasileiro. A magistratura tem um papel estratégico no processo democrático que vem evoluindo a cada ano. Mas, não são algo à parte da sociedade, não são donos da verdade e devem aceitar essa discussão, pra mim, absolutamente, democrática. Essa reforma não é a dos nossos sonhos, mas é a reforma possível, e o que a magistratura quer é impor a separação total do sistema, construir um regime próprio, e isso é um absurdo. Espero que o Congresso não aceite essa chantagem. A sociedade brasileira vem passando por um processo de evolução e, na minha avaliação, o Judiciário é o setor mais preso ao passado. Acho que precisa aceitar essa evolução, e não só isso, deve ser agente dessa evolução para o bem da democracia e do País. Espero um bom comportamento da magistratura. São pessoas inteligentes, mas que nesse momento estão presos pelo corporativismo, e isso não é bom. É preciso transparência, sabedoria e traquiliade.

GOVERNO LULA

Eu manifestei certa decepção. A CUT está desrespeitada, porque no processo de diálogo e negociação que tentamos, até aqui a central não viu incorporada no relatório as suas reivindicações. Enquanto isso, os governadores conseguiram vitórias e nós não! O governo e o Congresso Nacional não ouviram, ainda, e nem negociaram com a Central.

SOBRE FLEXIBILIZAÇÃO DE DIREITOS PARA A RETOMADA DO CRESCIMENTO

Não sei se isso pode acontecer. Não sei se, quando o ministro (Palocci) fala em inclusão, está falando em retirar direitos. Se ele está falando em retirar direitos, não está falando em inclusão, mas, sim, de exclusão! Para fazer essa inclusão é preciso promover uma retomada constante do crescimento econômico, queda gradativa dos juros e investimento pesado na infra-estrutura. Espero que isso seja encaminhado na prática para podermos distribuir renda e promover a justiça social. É preciso diminuir a diferença que existe entre o maior salário brasileiro e o salário mínimo. Só assim, nós teremos perspectivas de um Brasil potência que sonhamos há muito tempo. A meu ver, acho que temos as chances nas mãos e espero que a sociedade saiba aproveitar esse momento.

FATOR PREVIDENCIÁRIO

Outras questões desfavoráveis são o fator previdenciário e a aposentadoria especial. A central quer rediscutir essas duas questões. Quanto a 'especial', é preciso discutir tudo. No setor público não tem, e para o setor privado, praticamente inexiste. Tem a previsão, mas ninguém tem mais esse

direito. Pelo o que nós discutimos, tanto com o relator, quanto o Ministro da Previdência, é que eles se comprometeram em discutir a aposentadoria especial logo após a reforma da Previdência. A CUT vai participar desse debate. Queremos também discutir, embora não haja compromisso do governo, o fator previdenciário.

APOSENTADORIA ESPECIAL DOS PROFESSORES

Com relação a aposentadoria dos professores, existe um diferencial. O professor pode se aposentar cinco anos antes das regras. O direito ficou mantido, mas piorou em relação ao que é hoje. Os professores teriam que trabalhar mais dois anos. Para ter a integralidade, você teria que trabalhar até os 60 anos (homem), e 55 anos (mulheres). Para os professores, são cinco anos a menos, ou seja, 55 (homens) e 50 anos (mulheres). Só que hoje é 53 (homens) e 48 anos (mulheres). A CUT defende as regras atuais da Previdência para os professores. Sem contar o redutor de 5%.

FUNDOS DE PENSÃO

Nós ainda teremos que fazer esse debate. Não há, ainda, uma posição clara da central a esse respeito. Existem algumas resoluções, mas é necessário debatermos melhor essa questão. O que há é muita confusão, quando se fala nisso. Os fundos seriam públicos, fechados e com a participação dos trabalhadores em suas gestões. Isso garantiria o funcionamento do sistema, porque teríamos a garantia da complementação da aposentadoria e, depois, traria investimentos à economia brasileira. O que seria da economia brasileira sem os fundos de pensão, hoje? Estaríamos numa fragilidade econômica terrível. Então, é preciso que o movimento sindical se envolva nesse assunto.

Índice

SÃO PAULO

Edilson quer contrato coletivo para funcionalismo

O presidente da CUT Estadual São Paulo, Edilson de Paula Oliveira, defendeu a adoção de um Contrato Coletivo de Trabalho para o funcionalismo público, durante reunião do Fórum Permanente dos Prefeitos do PT, ocorrida na última sextafeira, em Mauá, SP. Participaram 38 prefeitos e prefeitas de todo o Estado. "Desde a nossa fundação, em 1983, nós pleiteamos esse Contrato e também uma mesa permanente de negociação entre o poder público e os servidores", comenta Edilson.

Para o presidente da CUT Estadual, o CCT levantará a auto-estima do funcionalismo e propiciará melhorias nos serviços prestados à população.

Índice

CUT/SP atua em Conselho Sindical da DRT

A Delegacia Regional do Trabalho de São Paulo empossou, na última quinta-feira,

sindicalistas das seis centrais sindicais para atuarem no Conselho Sindical da capital paulista. O delegado Heiguiberto Guiba Della Bella Navarro empossou 156 dirigentes. O conselho é composto por 50 membros (13 indicados pela DRT e os demais pelas centrais). A CUT São Paulo ficou com nove vagas, a Força Sindical, com 10, a CGT, com seis, a SDS, a CGTB e a SDS, com quatro cada. O conselho tem caráter consultivo e voluntário e, além da fiscalização, vai discutir temas como primeiro emprego, qualificação e geração de renda, combate à fome, trabalho infantil, discriminação e precarização nas relações de trabalho.

Representação cutista

Os conselheiros empossados pela CUT são: João de Oliveira (bancários de São Paulo), Ivone Maria da Silva (bancários de São Paulo), Amilton Vieira (Jornalistas), Darlene Terzi dos Anjos (Sitraemfa), Lourival Batista Pereira (químicos e plásticos de São Paulo), Luiz Antonio Queiroz (Sindviários), Flávio Montessinos Godoi (metroviários), Antonio Lopes de Carvalho (Marceneiros) e Marcos Roberto Emílio (Sintratel).

Índice

MOVIMENTO

TV Record demite diretor de Sindicato

O Sindicato dos Radialistas do Estado de São Paulo, filiado à CUT, divulgou carta aberta à imprensa denunciando o cerceamento ao legítimo direito do exercício do sindicalismo nas dependências da Rede Record de Televisão. Diz a "Carta" que o diretor do Sindicato, Jeferson Teodoro da Silva, funcionário da TV Record, em São José do Rio Preto, SP, foi sumariamente demitido sem justa causa, dia 14 de julho.

Além dos baixos salários e a recusa da direção da emissora em negociar, a Record contrata estagiários para exercer funções de profissionais e trabalhadores são demitidos para serem substituídos por outros de menor salário, denuncia o Sindicato.

Índice

20 ANOS DE CUT

Onde você estava há 20 anos?

O Informacut está publicando artigos dos companheiros que, de alguma forma, participaram das mobilizações no movimento sindical desde meados da década de 70 até os primeiros anos da década de 80, que culminaram na fundação da Central Única dos Trabalhadores. Se você é um desses companheiros, nos conte sua história. Escreva para o Informacut e nos conte o que fazia àquele tempo.

Índice

Clique aqui para conhecer a Agência CUT de Notícias
Clique aqui para visitar a página da Central Única dos Trabalhadores

SECRETÁRIO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO

Antonio Carlos Spis

Email

spis@cut.org.br

Expediente

Editor: Sergio dos Santos

Webdesigner: Láldert Castello Branco

Equipe da Secretaria de Comunicação

Cid Marcondes - Marco Godoy - Láldert Castello Branco - Rita de Biagio - Sergio
dos Santos

Segundo o Decreto S. 1618, Seção 301, Parágrafo a,2,c, Título III, aprovado no 105º
Congresso Base das Normativas Internacionais sobre SPAM : Um e-mail não poderá ser considerado
SPAM quando inclua uma forma de ser removida